

INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para das autarquias locais, que devem traduzir com rigor as execuções orçamental, patrimonial e económica da respectiva entidade, aferida a um determinado período de tempo, usualmente um ano civil.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, alterada e pela Lei nº 20/2015, de 9 de março.

Os documentos agora apresentados foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas referidas no Plano Oficial de Contas, às Instruções nº 1/2001, aprovadas pela Resolução nº 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na IIª Série do Diário da República de 18 de agosto de 2001 e às instruções da Resolução nº 3/2016 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na IIª Série do Diário da República de 18 de janeiro de 2016.

O Regime de Contabilidade Autárquica legalmente estabelecido (POCAL) determina a elaboração do Relatório de Gestão como elemento a integrar nos documentos de prestação de contas.

Da prestação de contas que ora se apresenta, faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/3013, de 3 de setembro.

1 – O mundo em 2016

Algumas breves notas que caracterizam a sociedade, sempre mais globalizada, durante o ano de 2016.

- A crise financeira iniciada em 2008, não estando ultrapassada, parece mais controlada, sem prejuízo de serem os mesmos países e povos que mais fortemente continuam a sentir os inevitáveis efeitos negativos. Simultaneamente, nos designados países emergentes, continuam taxas de crescimento menos relevantes e, em alguns países, verificam-se mesmo taxas negativas, embora mais ligeiras que as obtidas anteriormente, casos, designadamente, de Angola e Brasil. Em todo o caso, no grupo das grandes economias, a China e a Índia dominam claramente a economia mundial. Vejam-se os valores do PIB para alguns países por nós selecionados com base no site pt.tradingeconomics.com:

Evolução do PIB

País	Última data	Valor da última data	Valor anterior
Índia	2016-09	7,3	7,1
China	2016-12	6,8	6,7
Mónaco	2015-12	5,4	7,2
Espanha	2016-12	3,0	3,2
Reino Unido	2016-12	2,2	2,2
Portugal (1)	2016-12	1,9	1,6
Estados Unidos	2016-12	1,9	1,7
<i>Zona do Euro</i>	<i>2016-12</i>	<i>1,7</i>	<i>1,8</i>
Japão	2016-12	1,7	1,1
Suíça	2016-09	1,3	2,0
Alemanha	2016-12	1,2	1,5
França	2016-12	1,1	1,0
Itália	2016-12	1,1	1,1
Rússia	2016-09	-0,4	-0,6
Brasil	2016-09	-2,9	-3,6
Angola	2016-09	-4,3	-7,8

(1) O valor definido para dezembro de 2016 não é coincidente com o valor provisório apontado nacionalmente à data da elaboração deste relatório – que aponta para 1,6%. Entendeu-se manter este valor, ainda que com reservas, para ele ser comparável, quer ao valor anterior, quer à metodologia usada relativamente aos restantes países considerados.

- Continuam vários conflitos de âmbito regional, com maior incidência no norte e centro de África e, em menor grau que no passado recente, em zonas delimitadas na Europa.
- Mantém-se uma vaga sem paralelo de movimentos migratórios, com claras perturbações, sociais, económicas e políticas, em largos espaços do mundo e colocando em evidência a incipiente capacidade de resposta dos poderes políticos dominantes, que quando clarificadoras, serão porventura mais perturbadoras – veja-se a inflexão da política americana desde a última eleição presidencial.
- Situação cada vez mais ineficaz e mesmo com alguns retrocessos é a que se verifica ao nível do clima do planeta, de que são exemplos as recentes posições reacionárias, retrógradas e desreguladoras do novo poder americano ou as tentativas de extensão, muito para além do previsto, do funcionamento de centrais nucleares obsoletas, para mais, mesmo ao nosso lado.
- 2016 foi também o ano de uma maior incerteza global, quer por força de alterações políticas relevantes (caso da recente eleição presidencial americana ou da decisão da Grã-Bretanha quanto à comunidade europeia), quer como consequência de sucessivas catástrofes naturais que, ocasionalmente, provocaram a subida acentuada de algumas matérias-primas, designadamente, alimentares.
- Em jeito de compensação, parece ser sólido o fim dum guerrilha que se vinha arrastando desde o século passado, sem resultados práticos evidentes, que vinha martirizando o povo colombiano, muito feito à custa de cedências de ambas as partes, pese embora uma surpreendente recusa popular inicial, por via dum referendo interno.

2 – A Europa em 2016

Com maior ou menor influência, poder-se-á dizer que todos os movimentos referidos tiveram repercussão a nível estritamente europeu, continuando a ser especialmente relevante a crise migratória originada pela fuga de milhares de cidadãos de zonas de guerra. Mas outros fatores estiveram em evidência neste espaço continental, destacando-se:

- A retoma dum frágil crescimento económico – na zona do euro, com um PIB de +1,7%, na UE com um PIB de +1,8%, claramente insuficiente para ter impactos profundos no desemprego, tal como se manifesta insuficiente para permitir alcandorar-se a um patamar de solidez económica, que continua por verificar.

- O receio duma alteração significativa nas fronteiras da UE, com as ameaças colocadas de saída do espaço comunitário de países como a Inglaterra que, a vingar, poderá arrastar terceiros, sendo que os mais prováveis sejam os casos da Finlândia ou da Holanda.
- A Europa de 2016 assistiu, a par duma crescente fragilidade das democracias vigentes, à continuada fortificação de movimentos do tipo nacionalista e/ou populista, em regra ligados a políticas alinhadas com a extrema-direita europeia. A força que tais movimentos vêm apresentando dificulta muito a implementação de medidas, ao nível europeu, nos mais variados domínios, que perspetivem um rumo estrutural e de longo prazo, assistindo-se a medidas casuísticas, incipientes e descoordenadas por um lado e, por outro, a diferentes tentativas de “ fuga” de âmbito mais nacional ou mesmo infranacional.
- A Europa continua a ser um alvo preferencial de atentados dirigidos indiscriminadamente aos seus cidadãos, criando um clima de impotência e de fragilidade que poderá desviar-se rapidamente para um clima de medo, tão útil a quem defende o isolamento dos povos, a xenofobia ou o racismo.

3 – Portugal em 2016

Em 2016 Portugal viveu o primeiro ano completo de execução com um novo governo do país e, prometia-se, uma nova atuação deste sobre e com a sociedade.

Hoje é forçoso concluir que a prática governamental, na maior parte das situações, com o apoio parlamentar de três outras forças políticas, obteve alguns resultados positivos:

- Desde logo, como já se antevia no último mês e meio do ano anterior, foi possível detetar um sentimento alargado de esperança e de confiança, como há muito não se via;
- Assistiu-se, consistentemente ao longo do exercício, a uma descida do desemprego, a uma subida do emprego e a uma diminuição do desemprego jovem, conforme a seguir se evidência:

Taxa de Desemprego

Ano	%
2014	13,9
2015	12,4
2016	11,1

Fonte: Pordata

Taxa de Emprego

Ano	%
2014	50,6
2015	51,2
2016	Não disponível

Fonte: Pordata

Acresce, segundo fonte do Eurostat, que o desemprego jovem em Portugal passou de maio de 2015 para maio de 2016, respetivamente, de 30,9% para 28,6%.

- Importará aqui aprofundar um indicador que, sem exceção, todos afirmam querer ser o mais elevado desde há longos e longos anos: o PIB.

De acordo com o último boletim estatístico conhecido do Banco de Portugal, depois de no 1º e no 2º trimestres de 2016 se terem registado crescimentos de 0,9%, o 3º trimestre saltou para os 1,6% e, ao invés das previsões de largas fatias da sociedade comentadora nacional, o 4º trimestre não só consolidou tal crescimento, como terá atingido os 2%. O caminho faz-se caminhando, diz-se, e quanto ao PIB é isso que parece estar a ser feito.

- Também no que respeita ao défice tudo aponta para um valor histórico da democracia portuguesa – nunca antes atingido. Não estando ainda o valor consolidado, é seguro que ele se situará bem abaixo dos 3%, meta importante para os tecnicistas europeus, que, no entanto, não deixaram de mitigar tal meta, apontando as fragilidades que, efetivamente, existem.

- Mas se quanto ao crescimento do PIB e ao valor do défice os resultados são encorajadores, o mesmo não se poderá dizer do valor da dívida pública: ainda segundo o mesmo boletim estatístico do Banco de Portugal, em percentagem do PIB e na ótica de Maastricht, o valor da dívida subiu de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 de 129,0 para 130,5, pese embora um pequeno recuo na parte final de 2016.

- Se este valor, em si mesmo, já merece reflexão, as preocupações adensam-se se pensarmos na tradicional fragilidade da economia portuguesa – a velha metáfora dum espirro no Pacífico poder provocar uma forte pneumonia em Portugal – aliada a uma situação muito preocupante e (ainda) não resolvida das instituições financeiras de Portugal.

- Importa ainda referir que os resultados positivos conseguidos para alguns indicadores fizeram-se muito à custa duma forte contração do investimento, público e privado, situação que foi facilitada pela mudança do quadro comunitário de apoio europeu.

- Daqui decorre que as melhorias quanto ao emprego resultaram sobretudo da conjugação de dois fatores: por um lado, uma considerável melhoria da confiança da sociedade como um todo; por outro, em função de algumas alterações na área fiscal, especialmente dirigidas a determinados setores de atividade económica, cujo exemplo mais óbvio é a restauração, mas que se estendeu igualmente a largos setores do turismo.

4 - Análise na ótica orçamental – 2016

Como é habitual vamos iniciar esta análise focando a atenção nas receitas arrecadadas no exercício em apreço e, bem assim, da sua variação com idêntico indicador de anos recentes. Globalmente, e como se verá a seguir com maior detalhe, 2016 traduziu-se num exercício com uma ligeira quebra das receitas arrecadadas, -0,4%, resultante da subida das **Receitas Correntes** em 2,27%, da descida profunda das **Receitas de Capital** em 48,3% e do forte acréscimo das **Outras Receitas**, 78,2%, esta muito por força do saldo orçamental transitado do exercício anterior.

No quadro seguinte verifiquem-se e comparem-se os registos dos valores relativos à globalidade da Receita Municipal:

QUADRO I					
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS					
	(em euros)				
Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Rubricas					
Impostos Diretos	1.921.384,50	3.808.451,07	2.899.170,55	2.945.264,96	2.717.594,03
Impostos Indiretos	1.373.293,59	1.537.346,38	40.305,48	50.786,91	76.358,06
Taxas, Multas e Outras	276.256,93	275.152,03	272.328,87	280.954,22	353.465,90
Rendimentos Propriedade	766.697,56	822.179,44	871.626,39	1.050.924,25	962.808,24
Transferências Correntes	6.462.442,97	7.777.045,06	8.407.377,90	8.707.256,45	8.853.904,34
* Fundo Eq. Fin. Corrente	5.663.843,00	6.970.883,00	7.626.925,00	7.956.661,00	8.070.180,00
* Estado- Proj. Cofinanciados	20.098,70	0,00	0,00	0,00	25.000,00
* Outras	778.501,27	806.162,06	780.452,90	750.595,45	758.724,34
Venda Bens	617.701,97	567.707,81	530.098,75	562.072,53	503.955,37
Venda de Serviços	269.614,40	272.491,13	309.206,56	746.699,06	1.228.688,17
Rendas	45.676,99	47.639,51	41.053,31	36.663,80	33.936,69
Outras Receitas Correntes	137.846,45	70.823,14	93.475,55	58.753,01	35.863,35
T. RECEITAS CORRENTES	11.870.915,36	15.178.835,57	13.464.643,36	14.439.375,19	14.766.574,15
Venda Bens Investimento	263.713,06	60.675,61	18.981,37	328.191,81	166.042,00
Transferências de Capital	4.283.948,71	2.375.762,86	1.109.987,69	2.170.893,72	1.152.974,99
* Fundo Eq. Fin. Capital	3.049.762,00	1.742.721,00	847.436,00	884.073,00	896.687,00
* Estado- Proj. Cofinanciados	1.234.186,71	633.041,86	262.551,69	1.286.820,72	256.287,99
* Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	13.601,94	287,48	18.388,21	55.199,77	1.248,91
T. RECEITAS CAPITAL	4.561.263,71	2.436.725,95	1.147.357,27	2.554.285,30	1.320.265,90
Rep. não abat. nos pagam.	91,02	21.056,92	384,85	200.092,34	1.419,74
Saldo orçamental	729.144,46	837.698,15	1.566.267,61	867.415,04	1.901.035,53
T. OUTRAS RECEITAS	729.235,48	858.755,07	1.566.652,46	1.067.507,38	1.902.455,27
TOTAL DAS RECEITAS	17.161.414,55	18.474.316,59	16.178.653,09	18.061.167,87	17.989.295,32

Do conjunto de rubricas que compõem as **Receitas Correntes**, merecem especial atenção os *Impostos Diretos* – que serão detalhados mais à frente – os *Impostos Indiretos*, as *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, os *Rendimentos de Propriedade*, a *Venda de Bens* e a *Venda de Serviços*.

Quanto aos *Impostos Indiretos*, pese embora um valor final com escasso significado, saliente-se que, em termos relativos, verificou-se um acréscimo de 50,3%, essencialmente em resultado dos valores cobrados motivados por loteamentos e obras, mas sobretudo advenientes de taxas de conservação nas zonas industriais, propriedade do Município, algumas com recuperação de créditos com vários anos.

No que concerne às *Taxas, Multas e Outras Penalidades* registou-se um acréscimo de 25,8%, sendo aqui relevantes os acréscimos na área dos loteamentos e obras e a uma maior eficácia dos serviços envolvidos na área das execuções fiscais.

No caso dos *Rendimentos de Propriedade* o resultado apurado, apesar de revelar uma contração de 8,4%, regista o segundo melhor resultado do último quinquénio.

A *Venda de Bens* apresenta um decréscimo de 10,3%. Tal facto deve-se essencialmente ao bem água e reflete a introdução da tarifa fixa em meados de 2015, conjugada com uma nova base tarifária, que teve plena aplicação durante todo o exercício de 2016. Daqui resultou uma pequena redução do número de contratos – os titulares de prédios devolutos optaram por rescindir os respetivos contratos – um forte incremento da componente fixa em resultado de se estar a comparar um ano civil com apenas cerca meio ano e uma queda muito significativa da componente variável, resultado conjugado do baixo valor do escalão mais baixo de consumo e duma maior atenção que os consumidores passaram a ter com eventuais desperdícios.

Movimento inverso registou-se na *Venda de Serviços*, onde se verifica um incremento de 64,5%. Parcelas que fundamentam tão forte alteração foram as cobranças de serviços prestados aos residentes, designadamente no caso das águas residuais e nos resíduos sólidos. Registou-se também uma forte contração das rubricas residuais o que também contribuiu para os acréscimos antes referidos. Em todo o caso, tal como para a situação da *Venda de Bens* importará ter alguma cautela na análise comparativa, uma vez que os períodos de execução poderão ser bastante diferentes.

Quanto às **Receitas de Capital** verificou-se uma acentuada quebra de 48,3%. Esta variação reflete o resultado de um novo quadro comunitário de apoio (ainda em fase inicial, o que afetou o valor das eventuais participações), do peso selecionado na partição entre receitas correntes e de capital, no que ao Fundo de Equilíbrio Financeiro concerne e da redução para metade da alienação de património municipal.

Antes de se detalhar a área dos *Impostos Diretos*, vejam-se os gráficos seguintes que explicitam o peso estrutural das **Receitas Correntes** e das **Receitas de Capital**:

GRÁFICO I
ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES
2016

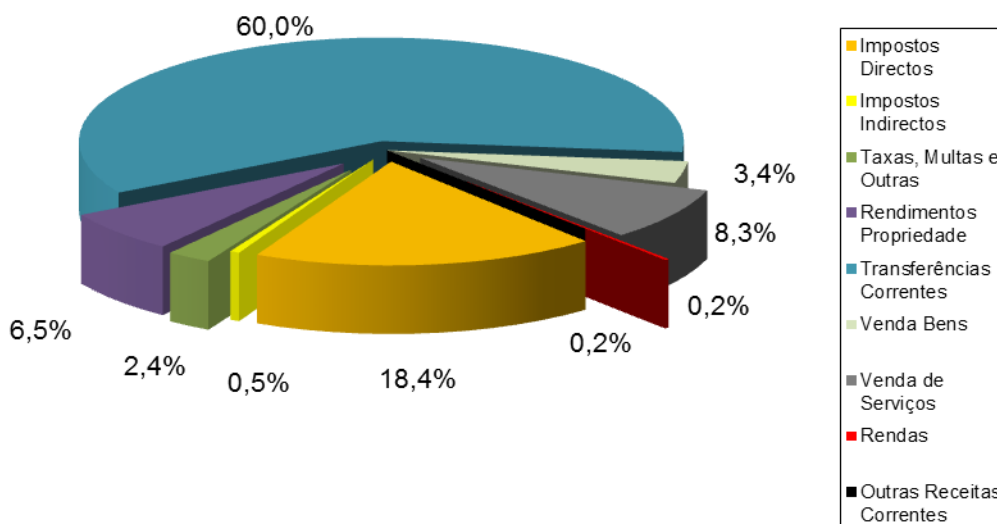
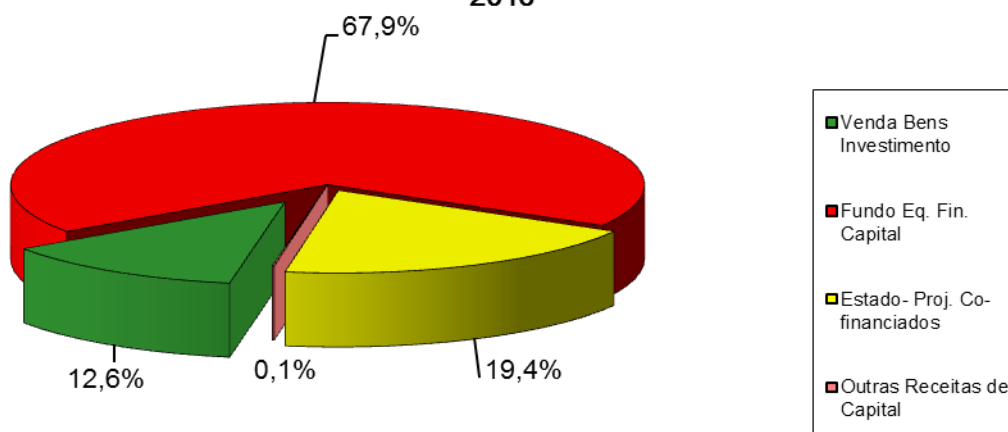


GRÁFICO II
ESTRUTURA DAS RECEITAS CAPITAL
2016



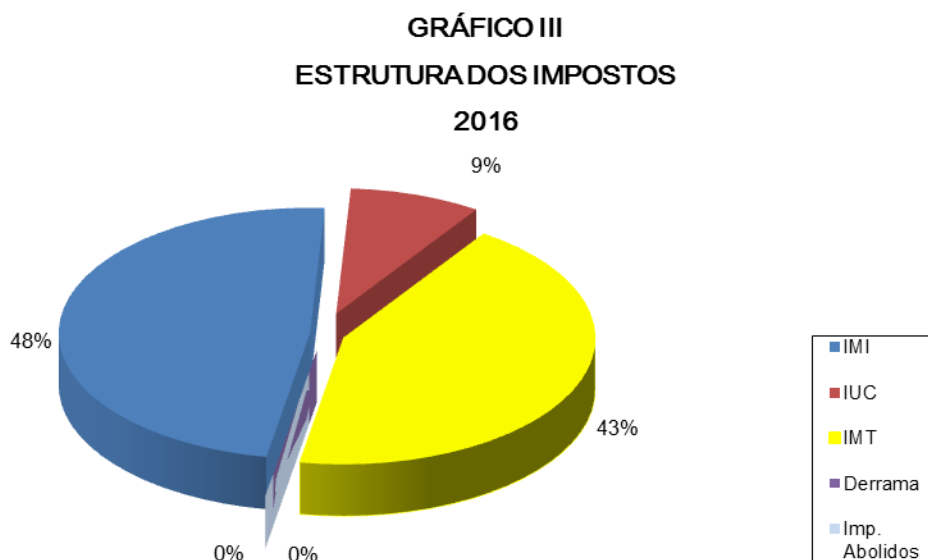
Relativamente à estrutura apresentada e em comparação com a estrutura verificada no exercício precedente, realça-se, do lado das **Receitas Correntes**, a queda de 2 pontos nos *Impostos Directos* e a subida da *Venda de Serviços* em 3,1 pontos; na componente das **Receitas de Capital** a modificação estrutural é bem mais profunda, destacando-se o acréscimo do peso do *Fundo de Equilíbrio Financeiro* em mais 33,3 pontos e o decréscimo dos *Projetos Cofinanciados* em 31 pontos.

Analisando agora o comportamento dos *Impostos Directos* recebidos durante 2016, atente-se nos dados constantes do quadro seguinte:

QUADRO II					
EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS					
	(em euros)				
Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Rubricas					
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	1.094.027,51	1.536.085,69	1.938.334,27	1.420.764,08	1.308.445,65
IUC- Imposto Único de Circulação	205.363,23	254.892,51	234.662,78	227.698,89	230.731,33
IMT - Imposto Municipal Transf.Onerosas	434.760,80	1.674.911,16	595.359,89	1.296.062,14	1.178.417,05
Derrama	187.232,96	342.561,71	130.766,35	739,85	0,00
Impostos Abolidos	0,00	0,00	47,26	0,00	0,00
TOT. IMPOSTOS DIRECTOS	1.921.384,50	3.808.451,07	2.899.170,55	2.945.264,96	2.717.594,03

O valor final apurado para esta rubrica é, como se infere do quadro supra, o segundo mais baixo do quinquénio considerado, indicador que não pode deixar de ser ponderado e refletido. Apesar, como já foi referido, ter sido o ano de maior crescimento económico nas últimas dezenas de anos, o que se infere é que tal crescimento não se terá repercutido na área deste Município, nem ao nível da construção, nem ao nível da dinâmica empresarial local. Note-se, pelo valor simbólico que apresenta, que a *Derrama* não gerou qualquer cêntimo, já que o Município ainda está a compensar uma anulação de imposto ocorrida em 2015. Note-se que o IMI, embora em menor percentagem apresenta valores mais baixos pelo segundo ano consecutivo. Note-se finalmente que o IUC foi o único *Imposto Direto* que apresentou um crescimento, no entanto, irrisório.

Estruturalmente, não se verificam alterações substanciais, como a seguir se evidencia:



Depois de analisada a componente da Receita, vejamos como ocorreu o comportamento da **Despesa Municipal**, começando por apresentar os valores registados no último quinquénio:

QUADRO III					
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS					
	(em euros)				
Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Rubricas					
Despesas com Pessoal	5.632.067,89	6.072.906,68	6.750.716,58	7.183.465,00	7.349.950,84
Aquisição de Bens	1.452.527,62	1.559.331,12	1.570.187,14	1.595.482,86	1.503.889,68
Aquisição de Serviços	3.221.406,08	3.145.316,95	3.735.870,61	3.427.009,38	3.551.950,83
Juros e Outros Encargos	47.887,93	19.770,56	24.941,40	8.590,72	3.216,40
Transferências Correntes	1.246.629,09	1.487.193,38	1.239.950,21	1.352.395,82	1.204.395,81
* Administração Local	248.843,43	277.333,21	244.761,66	230.369,88	272.825,27
* Inst. Sem Fins Lucrat.	435.935,98	445.717,74	415.060,72	413.999,03	490.253,44
* Outras Transferências	561.849,68	764.142,43	580.127,83	708.026,91	441.317,10
Subsídios	1.391.792,65	1.294.380,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	182.643,40	148.009,90	82.643,94	185.423,42	203.332,28
T. DESPESAS CORRENTES	13.174.954,66	13.726.908,59	13.404.309,88	13.752.367,20	13.816.735,84
Investimento	733.179,01	828.567,03	655.516,04	2.034.838,89	1.054.909,76
* Terrenos	0,00	0,00	0,00	30.000,00	108.390,00
* Habitações	110,69	1.624,65	619,56	0,00	0,00
* Edifícios	518.085,87	633.504,05	158.636,04	1.074.061,57	311.258,92
* Construções Diversas	36.562,59	49.588,44	0,00	158.451,50	35.082,74
* Outros investimentos	178.419,86	143.849,89	496.260,44	772.325,82	600.178,10
Bens do domínio público	2.097.709,91	1.902.043,67	867.989,37	118.078,76	307.828,93
Transferências de Capital	247.264,68	424.661,60	211.848,06	162.598,82	94.704,63
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	118.512,00	118.512,00
Passivos Financeiros	190.815,43	145.501,06	110.093,14	69.282,23	61.730,43
Outras Despesas de Capital	47.948,00	0,00	103.897,07	0,00	26.313,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	3.316.917,03	3.300.773,36	1.949.343,68	2.503.310,70	1.663.998,75
TOTAL das DESPESAS	16.491.871,69	17.027.681,95	15.353.653,56	16.255.677,90	15.480.734,59

Se, no seu conjunto e como já foi referido, a **Receita Municipal** teve uma quebra de 0,4%. Agora verificamos que a **Despesa Municipal**, também apresenta um decréscimo, ainda mais acentuado, de 4,8%, como resultado dum efeito conjugado das **Despesas Correntes** que cresceram 0,5% e das **Despesas de Capital**, que recuaram 33,5%. Quer isto dizer que o Município, perante uma execução orçamental da Receita muito inferior às suas expectativas, entendeu, na medida do que lhe foi possível, comprimir as suas despesas, no fundo e à semelhança do que fez o governo do país neste mesmo período, minimizando as alocações financeiras ao investimento, no que, aliás, foi “ajudado” pela conjuntura de mudança relacionada com as candidaturas aos fundos comunitários.

Aprofundando as situações relevantes, do lado das **Despesas Correntes**, regista-se que as *Despesas com Pessoal* apresentaram um acréscimo de 2,3%, essencialmente como reflexo da total reposição dos cortes salariais. Mais à frente desagregaremos com maior detalhe as *Despesas com Pessoal*, dada a relevância e o peso que esta despesa representa no todo municipal.

Destaque ainda para a percentagem da quebra verificada na rubrica *Juros e Outros Encargos*, a qual se fixou em 62,5%, em linha com o decréscimo que já se tinha verificado no ano anterior.

Do lado das **Despesas de Capital**, merecem especial referência o recuo do *Investimento* 48,2%, bem como o incremento da parcela destinada aos *Bens do Domínio Público* que, embora apresentando valores pouco significativos, mais do que triplicou relativamente a 2015. No caso particular dos *Investimentos em Terrenos* foi concluída, na ótica financeira, o conflito com parte da área confinante onde está instalado o Pavilhão Gracieta Baião.

O peso relativo das **Despesas Correntes** e das **Despesas de Capital** vem bem evidenciado nos gráficos seguintes:

GRÁFICO IV
ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES
2016

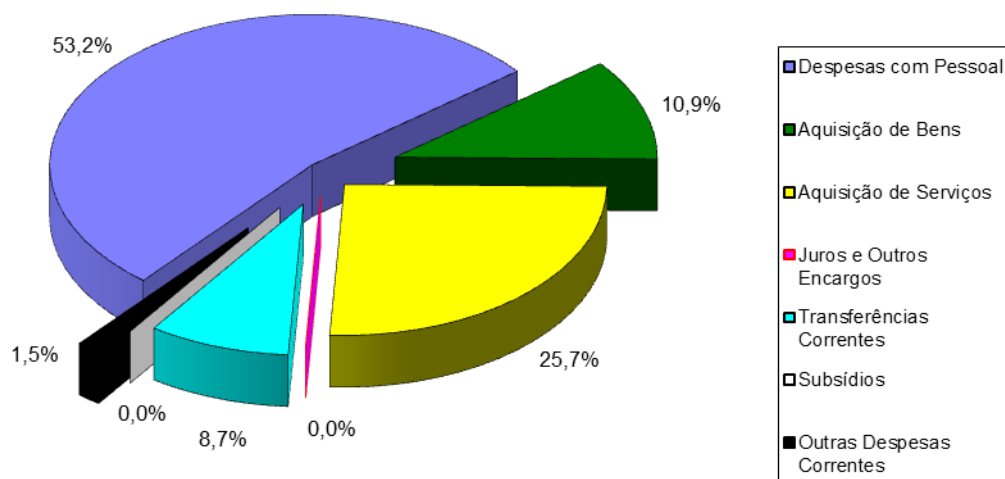
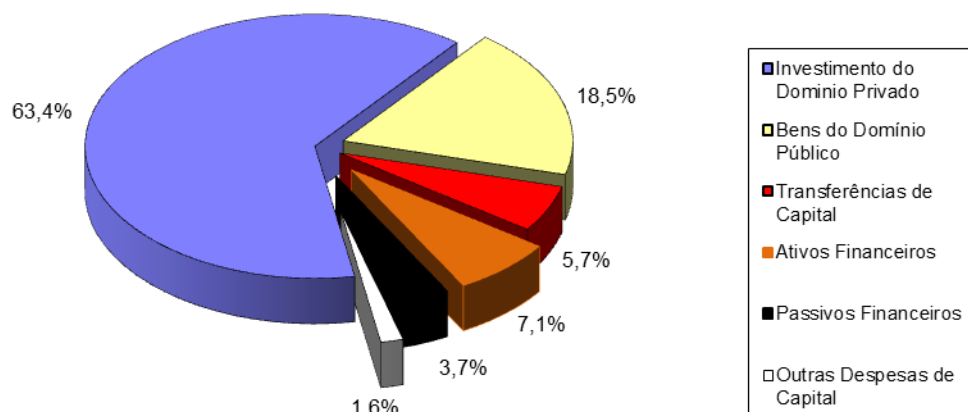


GRÁFICO V
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL
2016



Quanto ao peso relativo de cada componente em cada um dos conjuntos considerados, do lado das **Despesas Correntes** as variações são ténues (todas bem inferiores a 5%) e nas **Despesas de Capital** regista-se um claro emagrecimento nos *Investimentos no Domínio Privado*, em contrapartida das despesas efetuadas nos *Bens do Domínio Público*.

Tal como já foi referido, de seguida vão ser apresentados diversos elementos das *Despesas com Pessoal*, dado o peso que estas têm no conjunto das **Despesas** em geral e das **Despesas Correntes**, em particular. Na página seguinte, veja-se a evolução registada no último quinquénio, quanto a este tipo de despesa, desagregada por 28 diferentes classificações:

QUADRO IV					
DESPESAS COM PESSOAL					
	2012	2013	2014	2015	2016
					(em euros)
Rubricas					
Memb. Orgãos autárquicos	121.627,44	141.588,38	144.708,02	140.553,82	151.300,95
Pessoal quadros em funções	2.974.729,35	3.001.988,97	2.935.538,51	3.363.354,42	3.352.124,42
Pess. Contratado a termo	143.924,63	101.830,61	5.424,39	6.050,96	18.961,61
Pess. Reg. Tarefa/Avença	116.677,82	133.773,18	278.858,71	357.745,41	436.248,44
Pess. aguardando aposentação	5.111,17	605,73	10.709,35	2.144,36	1.510,11
Pessoal qualq. outra situação	244.055,59	239.449,57	621.533,73	319.367,16	270.264,76
Despesas de representação	33.521,70	34.748,34	37.460,16	37.175,98	37.237,40
Subsidio de Refeição	368.760,21	361.722,95	412.463,35	408.639,61	370.593,30
Sub. Férias e de Natal	252.302,58	573.477,33	583.836,05	634.269,31	648.523,15
Rem. Doença, Mater. e Pater.	59.320,09	28.002,23	49.208,23	94.031,59	69.187,07
Horas Extraordinárias	213.630,59	177.138,71	221.584,68	213.497,29	234.209,11
Ajudas de Custo	22.413,60	15.704,24	24.282,19	42.757,36	41.471,91
Abono para falhas	4.607,63	3.903,64	8.985,15	15.350,02	26.898,24
Sub. de turno	36.543,90	36.602,55	54.009,64	65.864,91	69.170,55
Indemn. cessação de funções	13.799,65	6.908,51	1.332,10	0,00	0,00
Outros Supl. e prémios	21.585,31	19.237,22	15.916,59	14.315,21	15.872,32
Encargos com a saúde	163.562,34	184.892,04	141.498,44	176.280,71	296.920,44
Outros encargos com a saúde	57.582,54	39.097,73	35.165,23	47.596,34	45.214,21
Subs. Familiar crianças/jovens	35.888,58	35.736,79	37.627,94	33.428,67	40.446,46
Outras prest. Familiares	0,00	0,00	0,00	0,00	2.566,80
Contribuições CGA	415.359,50	619.024,36	728.267,64	763.181,99	758.684,26
Contribuições regime geral	207.340,41	199.819,47	217.441,37	385.197,07	391.217,45
Outras cont. para a seg. social	39.613,27	60.230,08	122.524,39	0,00	8.919,63
Acidentes em serv./Doenç. pro.	0,00	0,00	0,00	5.807,88	2.117,60
Outras pensões	33.983,89	14.862,19	11.296,06	4.805,55	8.532,37
Seguros	31.236,41	34.418,91	37.045,50	39.916,76	49.057,23
Outras despesas seg. social	14.889,69	8.142,95	13.999,16	12.132,72	2.701,05
Deslocações e estadas	4.620,94	5.131,71	5.691,57	6.328,15	6.055,10
TOTAL DESPESAS c/Pessoal	5.636.688,83	6.078.038,39	6.756.408,15	7.189.793,25	7.356.005,94

Já foi referido que houve um acréscimo das *Despesas com Pessoal* de 2,3%, variação que é a mais baixa desde que foram criados os cortes salariais e, para mais, no último exercício de reposição daqueles cortes salariais. Uma vez mais lembra-se o valor global apresentado no quadro supra é diferente do total da classe económica 01, uma vez que se entendeu dever anexar uma rubrica do grupo das aquisições de serviços, no caso a rubrica *Deslocações e Estadas*.

Analisando agora os valores inseridos no Quadro IV, optamos por desenvolver mais em pormenor as rubricas que, cumulativamente, apresentem um valor final de pelo menos 50 mil euros e uma variação de, pelo menos, 10%. Com este filtro encontramos quatro diferentes rubricas, a saber: *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença*, *Pessoal em Qualquer Outra Situação*, *Remuneração por Doença*, *Maternidade/Paternidade* e *Encargos com a Saúde*. Vejamos, caso a caso:

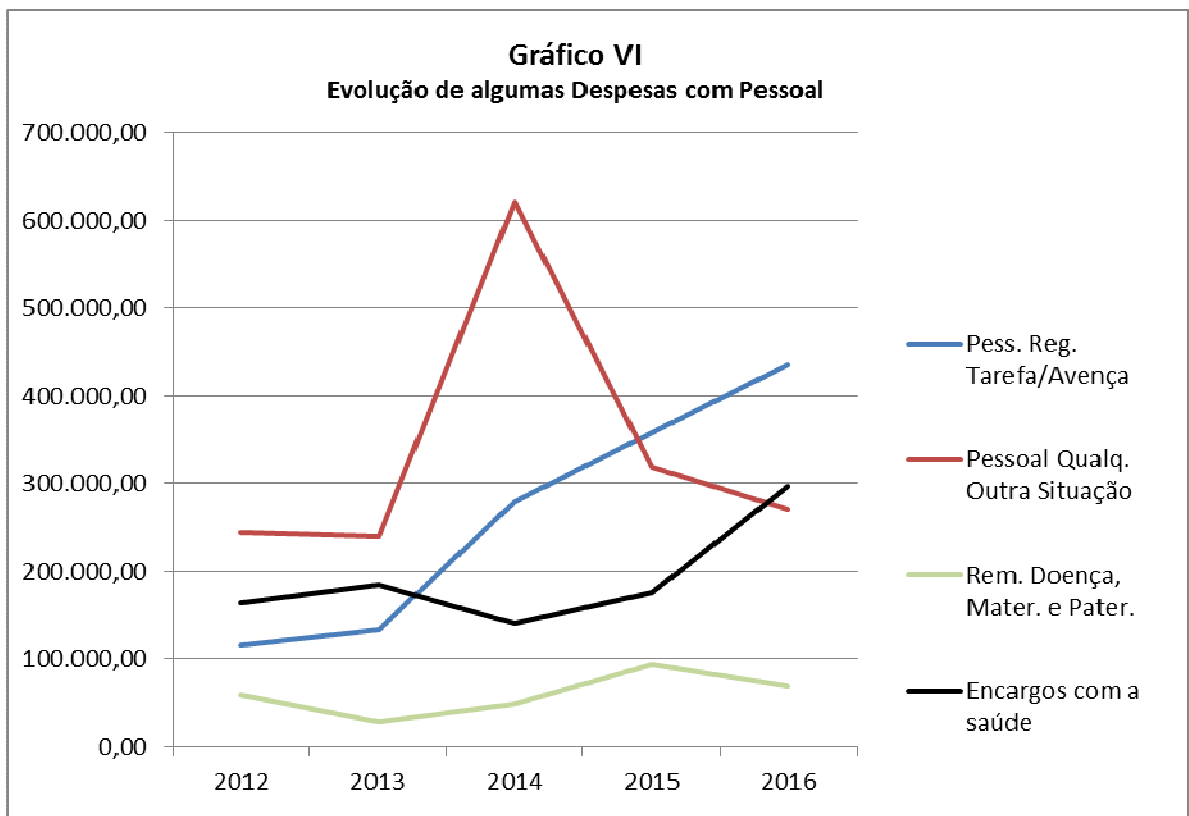
Rubrica *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença*: o crescimento verificado foi de 21,9%. Esta vem sendo a resposta possível às situações de constrangimentos criados no acesso ao exercício de funções públicas, mas também à morosidade processual que lhe é inerente, tantas vezes incompatível com as necessidades dos serviços. Em todo caso, nos últimos três anos, os acréscimos registados têm sido cada vez menores, situação a que não é alheio o aligeiramento dos garrotes legais impostos nos primeiros anos desta década.

Rubrica *Pessoal em Qualquer Outra Situação*: Neste caso apresenta-se um decréscimo de 15,4%. Esta variação justifica-se pelo efeito cumulativo de ser menor o número de chefias em funções, diminuição de funcionários em mobilidade e, sobretudo, pela diferente forma de contabilizar os custos inerentes aos contratos emprego-inserção, em conformidade com orientações do Satapocal.

Rubrica *Remuneração por Doença, e Maternidade/Paternidade*: esta classificação económica regista uma redução de 26,4%. Verificada esta realidade, pouco se pode acrescentar. Estamos perante uma rubrica de nula elasticidade, com um comportamento totalmente à margem dos órgãos decisórios.

Rubrica *Encargos com a Saúde*. Verifica-se um brutal aumento de 68,4%, com um custo associado de quase 300 mil euros. Que ocorreu que possa justificar tamanha alteração? Haverá, por ventura, diferentes justificações, desde uma maior predisposição dos funcionários (e dos cidadãos em geral) para a prevenção da saúde, em vez duma saúde meramente curativa, até à forma como são considerados os custos associados. Estamos em querer que é nesta última área que reside a principal justificação. Isto porque de 2015 para 2016, por imperativo legal, os Municípios deixaram de ocorrer a este tipo de custos com base numa média nacional considerada *per capita*, para acorrerem aos custos realmente verificados. No caso do Município de Alcácer do Sal, quaisquer que sejam as justificações, o facto é que os custos aumentaram em mais 120 mil euros no último ano, depois de, no ano anterior, já terem concorrido com mais 30 mil euros que no ano antecedente.

O gráfico VI, a seguir inserido, permite visualizar com clareza o comportamento das quatro rubricas seleccionadas, ao longo dos últimos cinco anos:



Centrando agora a nossa atenção no Investimento, importa referir que, tal como no caso do todo nacional, designadamente das opções realizadas ao nível da administração central do Estado e das empresas públicas, também no caso deste Município os investimentos realizados, não só sofreram uma quebra apreciável, como apresentam valores muito pouco significativos.

Já se disse que esta “ contenção” foi propiciada pela mudança de quadro comunitário. Mas ela serviu também para, tal aconteceu noutros níveis da administração pública, acomodar inevitáveis crescimentos de alguns tipos de despesa pública que traduziram promessas eleitorais de reversão de boa parte de cortes nos rendimentos realizados nos chamados anos da “ Troika” .

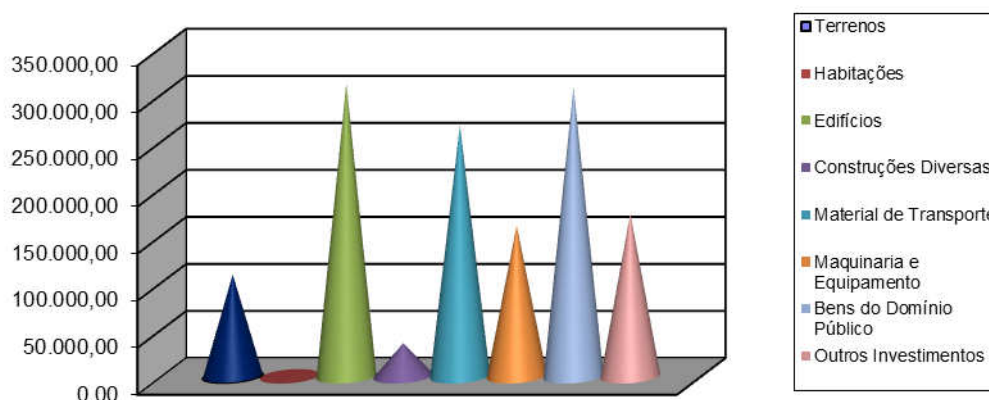
Como é habitual à típica classificação do Investimento (07.01) anexamos o valor dos custos suportados em Bens do Domínio Público (07.03), tendo-se apurado os seguintes valores:

QUADRO V					
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO					
(em euros)					
Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Rubricas					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	30.000,00	108.390,00
Habitacões	110,69	1.624,65	619,56	0,00	0,00
Edifícios	518.085,87	633.504,05	158.636,04	1.074.061,57	311.258,92
Construções Diversas	36.562,59	49.588,44	0,00	158.451,50	35.082,74
Material de Transporte	59.408,50	22.321,02	123.098,05	321.791,59	266.679,37
Maquinaria e Equipamento	75.241,39	56.595,01	299.781,69	312.029,99	160.349,13
Bens do Domínio Público	2.097.709,91	1.902.043,67	867.989,37	118.512,00	307.828,93
Outros Investimentos	43.769,97	64.933,86	73.380,70	138.504,24	173.149,60
INVESTIMENTOS TOTAIS	2.830.888,92	2.730.610,70	1.523.505,41	2.153.350,89	1.362.738,69

Destaque-se, não tanto pelo valor envolvido, mas pelo seu significado, o caso dos terrenos: com o final do exercício de 2016, foi resolvido um diferendo de longos anos relativo a um espaço, (parte dos terrenos onde se realiza a Feira da Pimel e a Feira Nova de Outubro), que os Municípes se habituaram a ver como seu, já que muitas das atividades públicas municipais ali se realizavam, bem como em espaços confinantes.

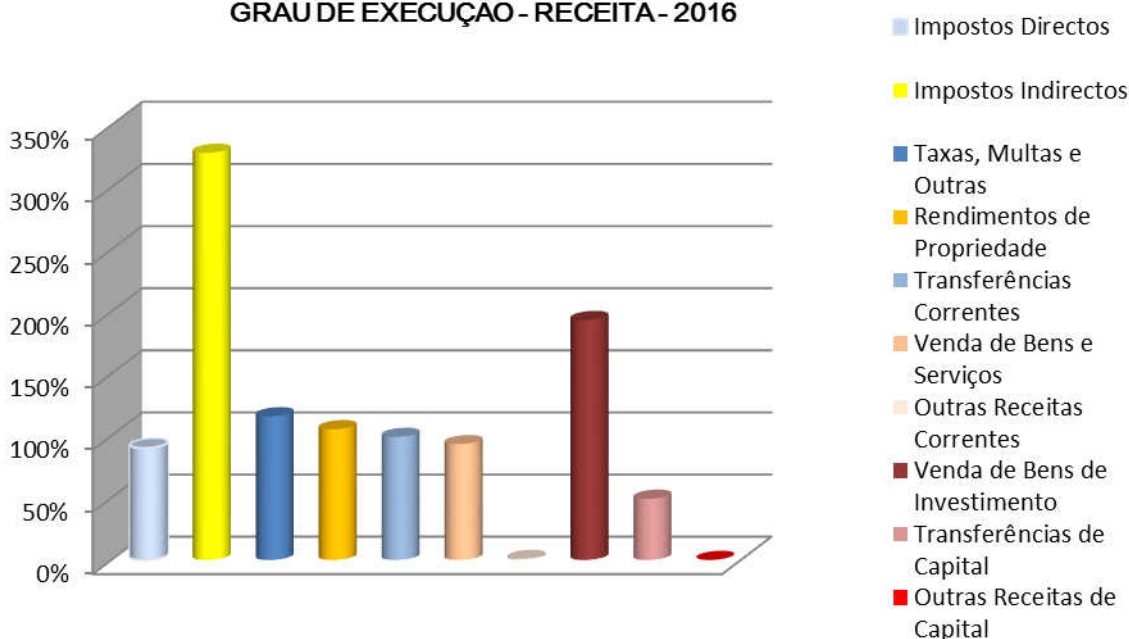
Graficamente o peso relativo de cada agregado vem evidenciado no gráfico VII seguinte:

GRÁFICO VII
INVESTIMENTO - 2016



Ao longo das páginas anteriores referimo-nos aos resultados financeiros obtidos pelo Município no exercício em apreço. Chegou agora o momento de conferir as previsões corrigidas e os resultados alcançados. Considerem-se os dados referidos nos gráficos VIII e IX, onde se dá conta dos diversos graus de execução obtidos nas diferentes desagregações consideradas:

GRÁFICO VIII
GRAU DE EXECUÇÃO - RECEITA - 2016



Globalmente o grau de execução da **Receita** foi de **69,8%** dos valores previstos e corrigidos, inferior aos valores alcançados nos anos mais recentes. Apesar desta diminuição três componentes ultrapassaram o total da dotação corrigida prevista, duas delas de forma expressiva – os **Impostos Indirectos** e a **Venda de Bens de Investimento**. Negativamente, pelo peso que detém no conjunto das **Receitas Municipais**, não se pode deixar de evidenciar a rubrica dos **Impostos Directos**. No gráfico supra os tons vermelhos correspondem à área de capital e os tons azuis e amarelos à área corrente.

Veja-se agora idêntico gráfico, mas do lado da **Despesa**:

GRÁFICO IX
GRAU DE EXECUÇÃO - DESPESA - 2016

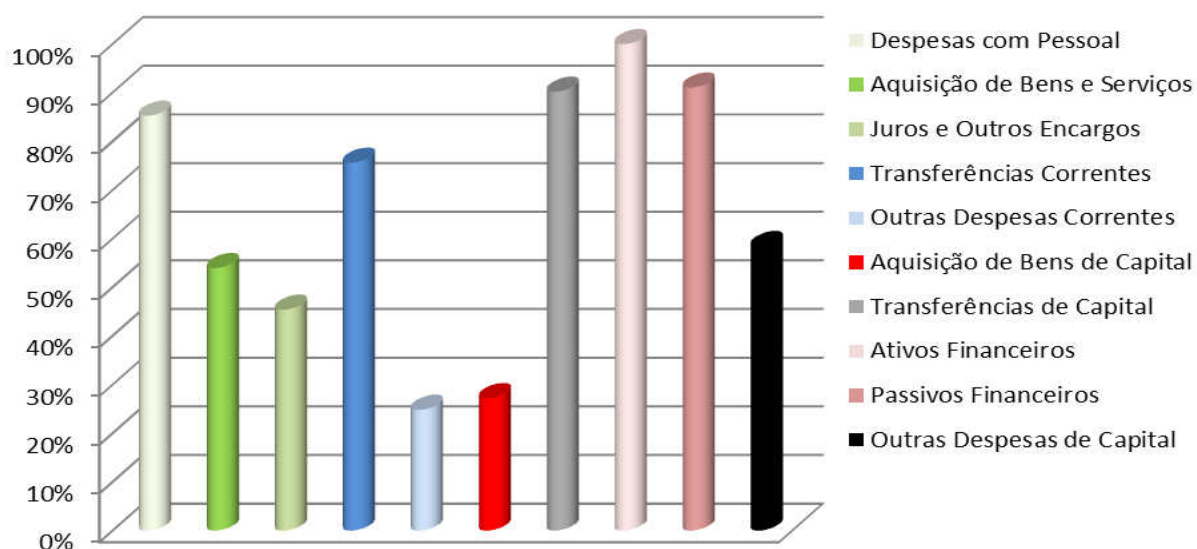
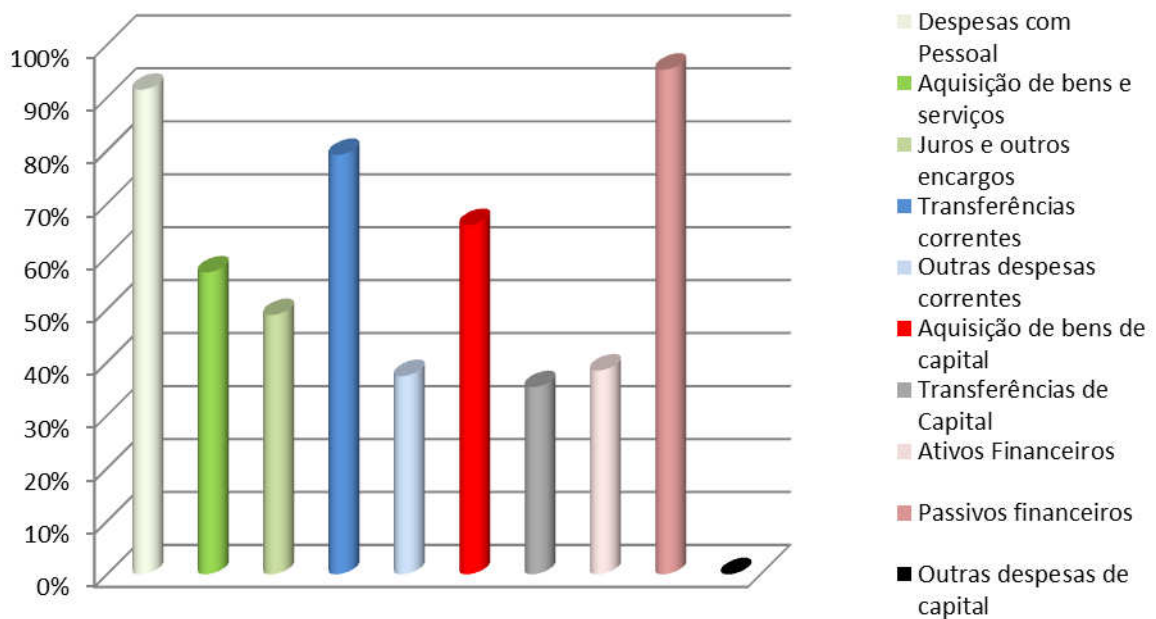


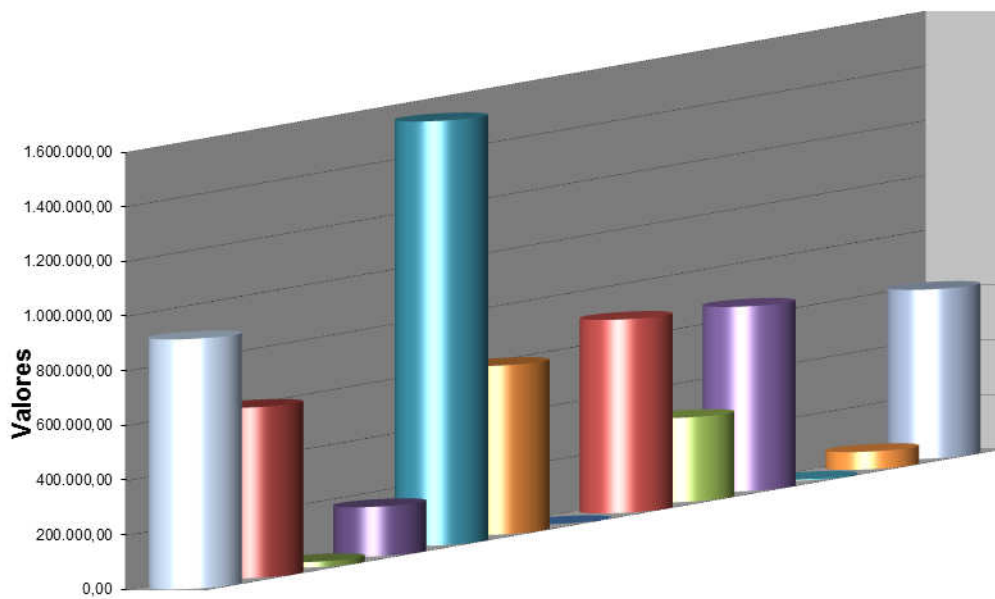
GRÁFICO IX
GRAU DE EXECUÇÃO - DESPESA - 2015



Nesta área das **Despesas** o grau de execução ficou-se por cerca de 60,1%, em resultado dum grau de execução da **Despesa Corrente** de 67,7% e dum grau de execução da **Despesa de Capital** de apenas 31,1%. Os tons vermelhos e preto referem-se, no gráfico, às **Despesas de Capital**. Naturalmente e como é sabido e já anteriormente se tinha esclarecido, nesta área não é legalmente possível ir além do orçamento corrigido, ou seja o grau de execução não pode ser superior a 100%.

Finalmente, o gráfico X dá-nos a perspetiva visual da forma como a execução orçamental onerou as diversas funções cometidas a esta autarquia, mantendo-se, tal como no ano transato, o agregado *Habituação e Serviços Coletivos* como o principal destino dos recursos financeiros desta autarquia:

GRÁFICO X
SINTESE DA SITUAÇÃO FUNCIONAL



5 - Análise na ótica patrimonial – 2016

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através das Resoluções n.º 1/2004 e n.º 3/2016, inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica.

O Balanço e a Demonstração de Resultados e respetivos anexos, constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia no princípio da especialização do exercício.

Se por um lado, a execução orçamental reflete os comportamentos da receita e da despesa do exercício económico, por outro lado, o Balanço e a Demonstração de Resultados dão a conhecer a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A presente análise tem como suporte o Balanço e as Demonstrações Financeiras do Município de Alcácer do Sal referentes ao exercício de 2016 e procura refletir a situação financeira e patrimonial, comparando o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos Fundos Próprios, ou seja, a situação líquida do Município.

Para uma melhor compreensão das rubricas a analisar neste relatório, apresentamos a definição de alguns conceitos contabilísticos.

O **Balanço** é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade reportado ao final de um exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e a natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos.

O **Ativo** corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos e desgastes acumulados (AP) e do valor líquido (AL), referentes ao exercício em análise, bem como do valor líquido do ano anterior.

O ativo, é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

Ativo Circulante, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se preveem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano, (existências e dívidas a receber);

Ativo Fixo, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano, sendo constituído pelo imobilizado (bens do domínio publico, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, por obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

O Passivo representa as obrigações do Município provenientes da sua atividade, correspondem à componente negativa do balanço da autarquia, sendo constituído por três grandes áreas componentes:

Passivo circulante, constituído pelas obrigações que se vencem no prazo de um ano, (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);

Passivo de médio e longo prazo, corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano, (normalmente dívidas a instituições de crédito);

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício;

Os Fundos Próprios representam a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade numa determinada data, neste caso no fim do exercício de 2016, os quais também se podem designar por “ Património Líquido” .

Traduzem portanto, o conjunto de todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade, englobando o património da autarquia, bem como as reservas e os resultados transitados.

Assim, o **Balanço** reportado ao encerramento do exercício económico de 2016, é o mapa contabilístico que reflete a posição financeira e patrimonial do Município.

Análise da Estrutura do Balanço

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos os bens e direitos ao dispor do Município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, às disponibilidades e aos acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço, os fundos próprios e o passivo, sendo que, os fundos próprios, representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da entrada em vigor do POCAL, mais o património registado nos exercícios seguintes, bem como do

património criado em função do nível de atividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; relativamente ao passivo, este representa o conjunto de todas as obrigações do Município para com terceiros e está organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

Balanço em 31 de dezembro de 2016				
Designação	2016	%	2015	%
ATIVO				
Ativo Fixo	51.707.919,62 €	85,52%	53.266.789,76 €	92,97%
Imobilizado	51.707.919,62 €		53.266.789,76 €	
Ativo Circulante	8.428.317,81 €	13,94%	3.496.207,71 €	6,10%
Existências	387.890,81 €		417.461,93 €	
Dívidas de Terceiros	5.236.157,31 €		885.633,13 €	
Disponibilidades	2.804.269,69 €		2.193.112,65 €	
Acréscimos e diferimentos	324.030,50 €	0,54%	532.999,87 €	0,93%
TOTAL	60.460.267,93 €	100,00%	57.295.997,34 €	100,00%
Fundos Próprios	43.022.714,93 €	71,16%	44.071.512,17 €	76,92%
Património	40.938.589,91 €		40.796.009,91 €	
Reservas	825.910,77 €		776.233,07 €	
Subsídios	397.628,02 €		397.628,02 €	
Doações	308.773,61 €		308.773,61 €	
Resultados transitados	1.528.533,78 €		799.313,48 €	
Resultados líquidos	-976.721,16 €		993.554,08 €	
Passivo	1.834.330,94 €	3,03%	1.955.836,22 €	3,41%
Provisões para riscos e encargos	0,00 €		37.655,00 €	
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	230.697,78 €		292.428,21 €	
Dívidas a terceiros - curto prazo	1.603.633,16 €		1.625.753,01 €	
Acréscimos e diferimentos	15.603.222,06 €	25,81%	11.268.648,95 €	19,67%
TOTAL	60.460.267,93 €	100,00%	57.295.997,34 €	100,00%

Estrutura do Ativo

A composição do ativo da autarquia mostra que o imobilizado absorve cerca de 86% do total do seu valor, característica esta, inalterável ao longo dos diversos exercícios económicos, facto que demonstra o peso da respetiva rubrica no Município de Alcácer do Sal.

A evolução do peso da rubrica face ao período homólogo foi negativa em 7%, registando, em valor absoluto, uma quebra de cerca de 1.559.000,00€ .

Esta diminuição em valor absoluto do imobilizado líquido, resultou essencialmente de valores referentes às amortizações do ano corrente referentes ao imobilizado municipal que ascenderam a mais de 2.000.000,00€ que no entanto foi compensado pelo crescimento de cerca de 500.000,00€ do Ativo Bruto e ainda, a projetos de obras que não se chegaram a concretizar ou obras de valor não substantivo que foram considerados como custos do exercício e não como aumento do imobilizado.

O ativo circulante representa um peso de quase 14% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, e apresenta um peso percentual superior ao ano 2015 em 7%, o que, em valor absoluto representa um incremento em cerca de 4.932.000,00€ .

O saldo final de disponibilidades ascende a 2.804.269,69€ , dos quais 2.546.848,99€ se referem a operações orçamentais, e que se propõe serem incorporados nas receitas de 2017.

O ativo do Município aumentou cerca de 3.164.000,00€ no ano 2016, revelando-se determinante o aumento nas rubricas de disponibilidades que subiu mais de 611.000,00€ , e de dívidas de terceiros que subiu mais de 4.350.000,00€ , que contrabalançaram com a descida do imobilizado.

Relativamente à rubrica dívidas de terceiros, o enorme aumento verificado ficou a dever-se essencialmente à circunstância de se ter registado o direito a receber, de acordo com as regras do POCAL, com a assinatura do contrato PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcácer do Sal -, em 31 de maio de 2016, celebrado entre o Município de Alcácer do Sal e o Programa Operacional Regional do Alentejo, no valor total de 4.713.250,00€ . Aqui estão contempladas as seguintes prioridades de investimento: Promoção de estratégias de baixo teor de carbono; Adoção de medidas destinadas a melhorar o meio ambiente e revitalizar as cidades; e Conceção de apoios para a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas.

Estrutura do Passivo

As dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

Assistimos em 2016 à recuperação da situação financeira do Município no curto prazo e no médio e longo prazos. Verificamos que o passivo recua mais de 121.500,00€ face a 2015, sobretudo por reflexo da diminuição das dívidas a terceiros de curto e médio prazos, que relativamente ao ano anterior sofreram uma diminuição de aproximadamente 84.000,00€ . Os restantes cerca de 37.600,00€ resultam da anulação de provisões constituídas para riscos e encargos advenientes de processos judiciais em curso contra o Município, de acordo com informação prestada pelo gabinete jurídico, por se ter verificado que os processos que lhe deram origem já não representam qualquer responsabilidade financeira para o Município uma vez que se encontram encerrados.

O exercício de 2016 apresenta um resultado líquido negativo de -976.721,16€ , contrariamente ao RLE de 2015 que teve o valor de 993.554,08€ . O RLE de 2016 resulta essencialmente de um forte decréscimo – mais de 660.000,00€ - verificado na rubrica Impostos e Taxas, que no total dos Proveitos Operacionais se refletiu numa diminuição na ordem dos 380.000,00€ , e por outro lado, verificou-se no lado dos Custos Operacionais um aumento de cerca de 1.000.000,00€ . Para atenuar a situação anterior, ou seja, os Resultados Operacionais negativos em cerca de -2.083.000,00€ , assistimos ao comportamento inverso nos Resultados Financeiros com um valor positivo na ordem dos 813.000,00€ .

Apresentação de alguns rácios económico-financeiros:

RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	Ano	
	2016	2015
LIQUIDEZ GERAL		
Ativo circulante/Passivo de curto prazo	5,26	2,15
ENDIVIDAMENTO		
Dívidas a terceiros/Fundos Próprios e passivo	4,09%	4,25%
AUTONOMIA FINANCEIRA		
Fundos Próprios/Ativo total	71,16%	76,92%
GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO		
Capitais Permanentes/Ativo fixo	83,65%	83,29%

Análise da Liquidez

Os indicadores retratam a capacidade da autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo, (1 ano), determinando em que grau o ativo circulante oferece cobertura ao exigível a curto prazo.

O rácio de Liquidez Geral mede a capacidade que o Município possui para cumprir as suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste à solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Este indicador demonstra em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao do vencimento das dívidas de curto prazo.

É desejável que este rácio ultrapasse pelo menos o valor 1, significando dessa forma, que a autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pelos valores demonstrados no quadro anterior de Rácios Económicos e Financeiros, constatamos que o Município de Alcácer não demonstra dificuldades para satisfazer os seus compromissos de curto prazo uma vez que o rácio apresenta um valor mais do que o quádruplo do valor mínimo de referência, cifrando-se em 5.26.

O rácio do Endividamento indica qual a proporção que o Município utiliza de capital alheio no financiamento da sua atividade.

Relativamente a 2015 este rácio diminuiu, passando de 4,25% para 4,09%.

O rácio da Autonomia Financeira permite analisar em que percentagem é que o ativo do Município se encontra a ser financiado por capitais próprios. Pelos valores apostos no quadro supra, concluímos que o rácio de autonomia financeira do Município em 2016 decresceu face ao registado em 2015 – passando de 76,92% para 71,16% devido ao decréscimo dos Fundos Próprios do Município, por via do RLE de 2016.

O rácio do Grau de Cobertura do Imobilizado cresceu ligeiramente em 2016, permitindo concluir que o ativo fixo em 2016 foi financiado em 83,65% por capitais permanentes - em 2015, o indicador homólogo registou o valor de 83,29%.

De uma maneira geral e à exceção do rácio da Autonomia Financeira, os restantes rácios mantiveram a tendência de 2015, por força do crescimento do Ativo Municipal, e da diminuição do Passivo, situações às quais já se fez referência.

Ativo

Durante o exercício de 2016 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imobilizações:

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)							
Ano: 2016		Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final
Rubricas							
451	Terrenos e recursos naturais	406.331,64 €	0,00 €	1.390,00 €	0,00 €	-59.772,00€	347.949,64 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	41.964.034,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	184.126,43 €	42.148.160,64 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	10.392,49 €	38.952,28 €	287.818,27 €	0,00 €	-158.410,87 €	178.752,17 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		42.596.096,08 €	38.952,28 €	289.208,27 €	0,00 €	-34.056,44 €	42.890.200,19 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	164.125,31 €	0,00 €	1.722,00 €	0,00 €	0,00 €	165.847,31 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		164.125,31 €	0,00 €	1.722,00 €	0,00 €	0,00 €	165.847,31 €
421	Terrenos e recursos naturais	14.123.137,34 €	142.580,00 €	120.499,41 €	174.987,87€	-156.166,00 €	14.055.062,88 €
422	Edifícios e outras construções	32.097.337,55 €	0,00 €	9.808,55 €	0,00 €	946.938,64 €	33.054.084,74 €
423	Equipamento básico	2.733.313,36 €	0,00 €	79.269,78 €	0,00 €	-22.625,92 €	2.789.957,22 €
424	Equipamento de transporte	3.803.390,47 €	0,00 €	217.242,14 €	0,00 €	-160.178,17 €	3.860.454,44 €
425	Ferramentas e utensílios	420.528,87 €	0,00 €	64.085,70 €	0,00 €	-477,40 €	484.137,17 €
426	Equipamento administrativo	659.709,34 €	0,00 €	2.261,83 €	0,00 €	-274,96 €	661.696,21 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.152.063,18 €	0,00 €	211.332,79 €	0,00 €	-2.481,21 €	1.360.914,76 €
442	Imobilizações em curso	1.223.786,71 €	6.273,00 €	316.253,97 €	0,00 €	-1.382.279,64 €	164.034,04 €
448	Adiantamentos por conta imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		56.213.266,82 €	148.853,00 €	1.020.754,17 €	174.987,87 €	-777.544,86 €	56.430.341,46 €
4112	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	829.581,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	829.581,34 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	981.453,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	981.453,77 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		1.949.843,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.949.843,35 €

O Imobilizado Bruto do Município registou um aumento de 512.900,75€ no ano de 2016 face a 2015.

Amortizações Acumuladas

Ano: 2016					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
4851	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4852	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4853	Outras construções e infraestruturas	29.354.428,39 €	1.152.768,14 €	0,00 €	30.507.196,53 €
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	11.801,20 €	1.521,19 €	0,00 €	13.322,39 €
4859	Outros bens de domínio público	100.776,47 €	9.306,43 €	0,00 €	110.082,90 €
Total		29.467.006,06 €	1.163.595,76 €	0,00 €	30.630.601,82 €
4831	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4832	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4833	Propriedade industrial e outros direitos	140.671,53 €	11.342,56 €	0,00 €	152.014,09 €
Total		140.671,53 €	11.342,56 €	0,00 €	152.014,09 €
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48221	Edifícios	4.029.508,40 €	417.203,27 €	-46.525,91 €	4.400.185,76 €
48222	Outras construções	7.038.697,14 €	242.227,28 €	-422,44 €	7.280.501,98 €
4823	Equipamento básico	2.360.610,13 €	139.227,52 €	-22.625,92 €	2.477.211,73 €
4824	Equipamento de transporte	3.038.288,59 €	213.601,35 €	-156.691,88 €	3.095.198,06 €
4825	Ferramentas e utensílios	388.209,87 €	17.314,17 €	-477,40 €	405.046,64 €
4826	Equipamento administrativo	514.371,99 €	4.969,44 €	-274,96 €	519.066,47 €
4827	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4829	Outras imobilizações corpóreas	652.372,34 €	88.848,52 €	-2.481,21 €	738.739,65 €
Total		18.022.058,46 €	1.123.391,55 €	-229.499,72 €	18.915.950,29 €
491	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
492	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4811	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48121	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	26.805,75 €	2.940,74 €	0,00 €	29.746,49 €
4951	Outras aplicações financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4952	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4953	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		26.805,75 €	2.940,74 €	0,00 €	29.746,49 €

As Amortizações acumuladas registaram um valor superior em cerca de 221.400,00€ face ao registado no ano anterior. Em 2016 as amortizações acumuladas apresentam com o valor de 2.298.329,87€ .

O desenvolvimento e fundamentos referentes aos quadros supra, encontram-se nas “ Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados” .

Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As dívidas de terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

Dívidas de Terceiros - curto prazo	2016	2015	Varição %
Clientes, contribuintes, utentes	369.559,83 €	641.879,66 €	-42,43%
Estado e outros entes públicos	99.481,87 €	169.675,55 €	-41,37%
Devedores e Credores Diversos - Rendas	0,00 €	0,00 €	-
Credores Transf. Autarquias Locais	0,00 €	0,00 €	-
Outros devedores	4.767.115,61 €	73.520,86 €	6.384,03%
Administração Autárquica	0,00 €	500,00 €	-100,00%
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	57,06 €	-100,00%
Total	5.236.157,31 €	885.633,13 €	491,23%

Neste capítulo surge uma significativa variação na rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes que face a 2015 regista uma diminuição de 42,43%, bem como na rubrica Estado e Outros entes Públicos também com uma diminuição de 41,37%. A redução na rubrica Estado e Outros Entes Públicos, de 169.675,55€ para 99.481,87€ , é referente a IVA a recuperar, apurado no final do 4º trimestre de 2016, e a reportar para o período seguinte.

Por outro lado temos uma variação de 6.384% na rubrica Outros Devedores, que em valor se traduz num aumento em cerca de 4.694.000,00€ . Como já se referiu anteriormente esta rubrica está influenciada pelo reconhecimento do direito a receber, de acordo com as regras do POCAL, com a assinatura do contrato PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcácer do Sal, em 31 de maio de 2016, celebrado entre o Município de Alcácer do Sal e o Programa Operacional Regional do Alentejo, no valor total de 4.713.250,00€ .

Devemos por isso salientar que, não fosse a situação supra referida, as Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, teriam reduzido cerca de 343.000,00€ .

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos – Ativo

A rubrica Acréscimos e Diferimentos tem a seguinte composição:

Acréscimos e diferimentos - Ativo	2016	2015	Varição %
Acréscimos de proveitos	323.230,95 €	529.755,26 €	-38,98%
Custos diferidos	799,55 €	3.244,61 €	-75,36%
Total	324.030,50 €	532.999,87 €	-39,21%

Estas contas destinam-se ao registo dos proveitos e custos nos exercícios a que respeitam, tendo em conta o princípio da especialização do exercício, previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

Em 2016, o reconhecimento de custos e proveitos que figuram no ativo fixou-se em 324.030,50€ , cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 323.230,95€ e a Custos Diferidos o de 799,55€ . Desta forma, e comparativamente com 2015 ocorreu uma redução total de 39,21%, o que contribuiu para o decréscimo em cerca de 209 mil euros do valor do Ativo.

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores.

Os Acréscimos de Proveitos no valor de 323.230,95€ correspondem aos proveitos gerados no exercício de 2016 e que só vão ser recebidos em 2017 ou seguintes, particularmente a faturação da água dos consumos de dezembro de 2016 emitida em janeiro de 2017 e os Impostos Diretos referentes ao apuramento de dezembro de 2016; e Juros de Mora de Impostos Diretos na ordem dos 95.000,00€ .

A conta Custos Diferidos, de acordo com o POCAL, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido no ano em apreço.

No caso vertente, os 799,55€ ,referem-se à situação de seguros do Município, desde os seguros com pessoal até aos seguros de bens.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Município ascendem em 31 de dezembro de 2016 a cerca de 43.022.714,93€ , tendo diminuído cerca de 1.048.000,00€ relativamente ao ano transato, essencialmente por força do RLE negativo que o Município apresenta em 2016.

Passivo

Passivo	2016	2015	Varição %
Empréstimos Bancários M/L Prazos	230.697,78 €	292.428,21 €	-21,11%
Total das dívidas a terceiros medio/longo prazo	230.697,78 €	292.428,21 €	-61.730,43 €
Empréstimos Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	-
Adiantamento por conta venda	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores conta corrente	61.068,97 €	54.268,94 €	12,53%
Fornecedores - Faturas em conferência	201.002,08 €	47.295,09 €	325,00%
Clientes e Utentes c/cauções	21.393,83 €	21.393,83 €	0,00%
Adiantamento de clientes, contribuintes, utentes	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado	19.489,91 €	35.360,19 €	-44,88%
Estado e Outros Entes Públicos	174.996,91 €	177.132,48 €	-1,21%
Outros Credores	997.561,61 €	1.287.079,69 €	-22,49%
Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imob. - Faturas conferência	128.119,85 €	3.222,79 €	3.875,43%
Total das dívidas a terceiros a curto prazo	1.603.633,16 €	1.625.753,01 €	-22.119,85 €
Total	1.834.330,94 €	1.918.181,22 €	-4,37%

O passivo de curto prazo do Município, a 31 de dezembro de 2016 (com exclusão de Acréscimo de Custos e de Proveitos Diferidos) ascende a 1.603.633,16€ ,verificando-se assim, face a 2015 uma diminuição de 22.119,85€ , no total do passivo verificamos uma redução de cerca de 83.850,00€ .

De salientar, neste quadro, a rubrica Fornecedores – Faturas em Conferência que registou um aumento na ordem dos 150 mil euros, bem como a rubrica Fornecedores de Imobilizado – Faturas em Conferência que também viu o seu valor aumentado em cerca de 124 mil euros.

As duas situações acima descritas ficaram a dever-se a faturação que deu entrada no Município nos últimos dias de 2016, e que não existiu tempo útil por parte dos serviços municipais para procederem à sua conferência e respetivo pagamento.

Já na rubrica Outros Credores, assistimos a uma diminuição superior a 289 mil euros. Tal facto ficou a dever-se ao pagamento das prestações do FAM referentes a 2016 em cerca de 118.000,00€ ; ao pagamento dos terrenos à Sociedade Agrícola da Arcebispa em cerca de 107.000,00€ e à diminuição dos depósitos das garantias de obras na ordem dos 34.000,00€ , o que no seu conjunto permitiu um recuo do Passivo Municipal.

O passivo total, CP e MLP, em 2016 ascendeu a 1.834.330,94€ , tendo sofrido uma diminuição de 4,37%, ou seja - 83.850,28€ , face ao ano anterior.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Para cumprimento do princípio da especialização do exercício inclui-se nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimo de custos e de proveitos diferidos, cuja distribuição se evidencia:

Acréscimos e diferimentos - Passivo	2016	2015	Variação %
Acréscimos de Custos	1.152.113,60 €	1.087.938,79 €	5,90%
Proveitos diferidos	14.451.108,46 €	10.180.710,16 €	41,95%
Total	15.603.222,06 €	11.268.648,95 €	38,47%

Na conta acréscimos de custos estão contabilizados os custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores, nomeadamente as remunerações das férias e de subsídio de férias relativas ao exercício 2016, acrescidas dos respetivos encargos sociais, cujo processamento e pagamento terão lugar apenas em 2017, bem como outras despesas, de menor impacto como por exemplo, as despesas com comunicações, combustíveis e energia, referentes a consumos de 2016 cujo pagamento ocorrerá em 2017. Em 2016 ocorreu um aumento de cerca de 64 mil euros face a 2015.

A conta proveitos diferidos compreende os valores arrecadados no exercício de 2016 ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente os subsídios para investimento.

Em 2016, o aumento na ordem de 4.270.000,00€ verificada, ficou a dever-se sobretudo ao reconhecimento do direito a receber, de acordo com as regras do POCAL, pela assinatura do contrato PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Alcácer do Sal no valor total de 4.713.250,00€ .

Endividamento

Médio e Longo Prazo

No exercício de 2016 o Município não contratou novos empréstimos de médio e longo prazo, e porque amortizou dentro dos prazos acordados, todos os compromissos referentes aos empréstimos em vigor, verificou-se uma redução desta componente no valor de 61.730,43€ .

No final do exercício de 2016 o endividamento de MLP ascende apenas a 230.697,78€ .

Limites de Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais) alterada pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, consideram-se os limites da Dívida Total para 2016:

“ 1 — A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um Município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto” , republicada em anexo pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

5 - Para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios referida no n.º 1, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, (FEEI), ou de

outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Os limites da Dívida Total em 2016, para o Município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL que consta da Ficha do Município - 4º trimestre 2016, de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- o limite da Dívida Total foi fixado em 21.541.510,20€ ;
- a Dívida Total municipal foi de 987.510,00€ ;
- a Dívida Total municipal (excluindo empréstimos) foi de 664.843,00€ ;
- ficando assim uma margem absoluta de 20.554.000,00€ . Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável é de 4.086.609,00€ .

O valor da Dívida Total municipal registado em 2016, (extraído da Ficha do Município - 4º trimestre 2016 – DGAL), sofreu um ligeiro aumento, quando comparado com os valores apurados de 2015, (extraídos da Ficha do Município – Prestação de Contas 2015 – DGAL), de 3,16% que corresponde ao valor de 30.239,00€ .

Podemos assim inferir que o Município de Alcácer do Sal, possui uma posição bastante cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2016.

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos, classificados por natureza, o que nos permite obter separadamente, os diferentes tipos de resultados, a saber: operacionais, financeiros, correntes, (operacionais + financeiros), extraordinários e os líquidos, evidenciando o RLE – Resultado Líquido do Exercício.

Os resultados económicos do Município representam a diferença entre os proveitos e os custos e são apresentados de forma resumida na demonstração de resultados por natureza.

Em 2016, o Município de Alcácer do Sal encerrou as suas contas com um Resultado Líquido negativo de -976.721,16 € encontrando-se a Demonstração dos Resultados por natureza, sintetizada no seguinte quadro:

Demonstração dos Resultados (por natureza):

Resumo da Demonstração de Resultados	2016	2015
Resultados Operacionais	-2.083.694,54 €	-700.898,78 €
Resultados Financeiros	812.878,23 €	777.907,43 €
Resultados Correntes	-1.270.816,31 €	77.008,65 €
Resultados Extraordinários	294.095,15 €	916.545,43 €
Resultado Líquido do Exercício	-976.721,16 €	993.554,08 €

Resultados Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais ascenderam a 14.203.220,69€ e os custos operacionais a 16.286.915,23€ , dando origem a um resultado operacional negativo de -2.083.694,54€ , agravando os valores registados em 2015 em mais de 1.300.000,00€ .

Os Proveitos e Ganhos Operacionais caíram mais de 380.000,00€ relativamente a 2015, foram influenciados pelo fraco desempenho, nomeadamente na rubrica Impostos e Taxas que recuou cerca de 663.000,00€ face a 2015; contrabalançado pela subida em cerca de 197.000,00€ , que a rubrica Venda de Bens e Prestação de Serviços registou face ao ano anterior.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais	2016		2015		Variação %
	Valor	%		%	
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.643.630,99 €	11,57%	1.446.518,66 €	9,92%	13,63%
Impostos e Taxas	2.868.922,36 €	20,20%	3.532.020,81 €	24,22%	-18,77%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Transferências e Subsídios Obtidos	9.690.667,34 €	68,23%	9.605.888,50 €	65,86%	0,88%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Total	14.203.220,69 €	100,00%	14.584.427,97 €	100,00%	-2,61%
Custos Operacionais	2016		2015		Variação %
	Valor	%		%	
CMVMC	537.344,60 €	3,30%	544.595,41 €	3,56%	-1,33%
Fornecimento e Serviços Externos	5.208.042,27 €	31,98%	4.760.158,92 €	31,14%	9,41%
Custos com Pessoal	6.958.841,23 €	42,73%	6.857.580,78 €	44,86%	1,48%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	890.828,06 €	5,47%	816.622,12 €	5,34%	9,09%
Amortizações do Exercício	2.298.329,87 €	14,11%	2.076.834,12 €	13,59%	10,67%
Provisões do Exercício	70.573,07 €	0,43%	38.312,76 €	0,25%	84,20%
Outros Custos e Perdas Operacionais	322.956,13 €	1,98%	191.222,64 €	1,25%	68,89%
Total	16.286.915,23€	100,00%	15.285.326,75 €	100,00%	6,55%

Resumo:

Resultados Operacionais	2016	2015	Variação %
Custos e Perdas Operacionais	16.286.915,23€	15.285.326,75 €	6,55%
Proveitos e Ganhos Operacionais	14.203.220,69 €	14.584.427,97 €	-2,61%
Total	-2.083.694,54 €	-700.898,78 €	-197,29%

Da análise do quadro anterior verifica-se que, no período em análise (2016), e face a 2015, os custos operacionais sofreram um aumento de 6,55% que equivale a cerca de 1.000.000,00€ e os proveitos operacionais sofreram uma descida de mais de 381.000,00€ , na ordem dos 2,6%.

A rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, que em 2015 representava 65,86% da totalidade dos proveitos operacionais, apresenta um acréscimo, passando em 2016 para 68,23%.

Esta percentagem, continuamente elevada, demonstra de forma inequívoca a dependência do Município face às transferências provenientes do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários relativamente a Projetos Co-Financiados.

Em 2016 o CMVMC cifrou-se em 537.344,60€ , diminuindo 7.250,81€ face a 2015 do valor de existências imputadas a custos.

A rubrica FSE face a 2015 registou um aumento de 9,41%, traduzindo-se em cerca de 447.800,00€ .

Quanto à rubrica Transferência e Subsídios Correntes concedidos, o valor de 890.828,06€ aumentou 9,09%, que compara com os 816.622,12€ registados em 2015 e agrega os diversos apoios financeiros no âmbito da educação, ação social, desporto, cultura, associativismo, etc., que o Município decidiu atribuir a várias entidades do Concelho de Alcácer do Sal, com o objetivo de financiar a dinamização das suas atividades.

O aumento em 84,20% das provisões no exercício de 2016 agravou os custos operacionais, e cifrou-se mais de 70.500,00€ . Este valor refere-se sobretudo ao ajustamento e constituição de novas provisões para dívidas de terceiros de acordo com as considerações técnicas, relativamente aos critérios e métodos para contabilização das provisões, previstas no ponto 2.7.1 do POCAL.

Também o acréscimo de mais de 221.000,00€ no valor das amortizações do exercício de 2016, que corresponde a um aumento de 10,67% face a 2015, veio influenciar negativamente o valor final dos custos operacionais.

Os custos operacionais em 2016 apresentam o valor de 16.286.915,23€ , sendo as rubricas com maior peso os custos com pessoal, com 42,73% e os FSE que relevam com 31,98% para o total dos custos operacionais.

Resultados Financeiros

Proveitos Financeiros	2016		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros obtidos	3,51 €	0,00%	103,02 €	0,01%	-96,59%
Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	----
Rendimentos de imoveis	819.112,62 €	99,80%	857.065,55 €	99,84%	-4,43%
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.659,64 €	0,20%	1.280,01 €	0,15%	29,66%
Total	820.775,77 €	100,00%	858.448,58 €	100,00%	-4,39%
Custos Financeiros	2016		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros Suportados	3.200,40 €	40,52%	4.748,51 €	5,90%	-32,60%
Amortizações de investimentos em imóveis	2.940,74 €	37,24%	2.940,74 €	3,65%	0,00%
Provisões para aplicações financeiras	0,00€	0,00%	66.685,00 €	82,80%	-100,00%
Outros custos e perdas financeiras	1.756,40 €	22,24%	6.166,90 €	7,65%	-71,52%
Total	7.897,54 €	100,00%	80.541,15 €	100,00%	-90,19%

Resumo:

Resultados Financeiros	2016	2015	Variação %
Custos e Perdas Financeiros	7.897,54 €	80.541,15 €	-90,19%
Proveitos e Ganhos Financeiros	820.775,77 €	858.448,58 €	-4,39%
Total	812.878,23 €	777.907,43 €	4,50%

Os Resultados Financeiros apresentam valores positivos. De salientar a diminuição dos custos e perdas financeiros na ordem dos 72.000,00€ face a 2015, como resultado de não ter sido necessário constituir provisões para aplicações financeiras em 2016 face ao verificado no ano anterior; também pelo retrocesso da verba despendida com juros suportados relativos a empréstimos de MLP e ainda do recuo de outros custos e perdas financeiras na ordem dos 4.400,00€ .

Quanto aos proveitos e ganhos financeiros em 2016 regista-se uma descida de cerca de 4% face aos resultados do ano anterior.

Os Resultados Financeiros em 2016 apresentam um valor de 812.878,23€ , verificando-se um aumento de 4,50% face a 2015.

Resultados Extraordinários

Proveitos Extraordinários	2016		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Ganhos em existências	54,78 €	0,01%	1,00 €	0,00%	5.378,00%
Ganhos em imobilizações	112.734,13 €	11,52%	166.757,78 €	11,14%	-32,40%
Benefícios de penalidades contratuais	167.224,50 €	17,09%	74.742,41 €	5,00%	123,73%
Reduções de amortizações e provisões	41.353,61 €	4,23%	642.045,85 €	42,91%	-93,56%
Correções relativas a exercícios anteriores	3.706,53 €	0,38%	187.543,34 €	12,53%	-98,02%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	653.478,80 €	66,77%	425.232,81 €	28,42%	53,68%
Total	978.552,35 €	100,00%	1.496.323,19 €	100,00%	-34,60%
Custos Extraordinários	2016		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Transferências de capital concedidas	67.923,02 €	9,92%	55.000,00 €	9,49%	23,50%
Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00%	199,60 €	0,03%	-100,00%
Perdas em existências	31.951,65 €	4,67%	3.288,79 €	0,57%	871,53%
Perdas em imobilizações	583.281,97 €	85,22%	483.107,68 €	83,33%	20,74%
Multas e penalidades	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-----
Correções relativas a exercícios anteriores	1.215,45 €	0,18%	86,60 €	0,01%	1.303,52%
Outros custos e perdas extraordinários	85,11 €	0,01%	38.095,09 €	6,57%	-99,78%
Total	684.457,20 €	100,00%	579.777,76 €	100,00%	18,06%

Resumo:

Resultados Extraordinários	2016	2015	Variação %
Custos e Perdas Extraordinários	684.457,20 €	579.777,76 €	18,06%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	978.552,35 €	1.496.323,19 €	-34,60%
Total	294.095,15 €	916.545,43 €	-67,91%

Os resultados extraordinários em 2016 apresentam o valor de 294.095,15€ , evidenciando um decréscimo de 67,91% relativamente a 2015.

Podemos concluir pela análise do quadro anterior, que os Custos e Perdas Extraordinários cresceram cerca de 104.000,00€ , já os Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram um forte decréscimo de cerca de 517.000,00€ , originando assim uma diminuição dos Resultados Extraordinários.

Os custos e perdas extraordinários contemplam sobretudo, todos os protocolos celebrados pelo Município com as diversas instituições do Concelho, de forma a contribuir financeiramente para obras de construção, melhoria e ampliação das instalações dessas mesmas instituições, nomeadamente 25 mil euros para Centro Paroquial de São Pedro da Comporta para a remodelação e ampliação do edifício da

sede; 25 mil euros referentes ao apoio aos Bombeiros Voluntários do Torrão, para aquisição de uma ambulância; cerca de 9.800,00€ para a CIMAL no âmbito do Projeto de medição da rede de águas e 8.000,00€ para a Junta de Freguesia da Comporta para a realização de obras no seu armazém.

Quanto à diminuição verificada nos proveitos e ganhos extraordinários, comparativamente com 2015 deve-se ao facto de no ano corrente não se terem verificado anulações de provisões com valores significativos, como aconteceu em 2015, no caso das prescrições das dívidas de águas e no caso da extinção da EMSUAS.

Proposta de Aplicação de Resultados

Dado que o resultado líquido obtido no exercício de 2016 foi negativo, nos termos do ponto 2.7.3.2 do POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, não há lugar à aplicação de resultados.

Assim, propomos que o RLE no valor de -976.721,16€ seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Alcácer do Sal, 31 de março de 2017